

PROJETO **MEMÓRIA**

Ano I, nº 2 – Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



Expediente

Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental, Praça do Buriti,
Lote 2 - Edifício-Sede do MPDFT
Brasília, DF - CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.gov.br

Procurador-Geral de Justiça
Leonardo Azeredo Bandarra

Vice-Procuradora-Geral de Justiça
Maria Aparecida Donati Barbosa

Corregedora-Geral
Lenir de Azevedo

Chefe de Gabinete
Karel Ozon Monfort Couri Raad

Assessoria de Políticas Institucionais
Dênio Augusto de Oliveira Moura
Libanio Alves Rodrigues

Diretor-Geral
Moisés Antônio de Freitas

Coordenação do Projeto
Coordenadoria de Comunicação Social

Produção Editorial
Fazenda Comunicação e Marketing

Revisão
Adriana Custódio

Fotografias
José Evaldo Vilela
Geyzon Lenin
Beto Paixão

Reportagem
Ivan Richard
Valéria Rodrigues

Capa
Arte sobre foto de José Evaldo Vilela

Diagramação
Beto Paixão

Jornalista Responsável
Fernando Fraga - DF 1481 JP

Impressão
Gráfica Diplomata

Tiragem:
3.000 exemplares

Sumário

Editorial



3

Capa: História feita de concreto e sonhos



4

Casos Históricos: Quem matou Ana Lúcia?



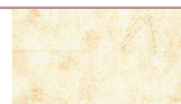
8

Perfil: Lenir de Azevedo



14

Reflexão



17

A aventura de trabalhar nos Territórios



18

MP hoje



22

Galeria de Fotos



24



Editorial

A casa é o lugar da memória. Não são apenas paredes e concreto: em cada canto, há lembranças e histórias. É por isso que, para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cada nova sede construída é uma grande conquista. Além de oferecer a necessária estrutura para o atendimento à população, os edifícios permitem que o Ministério Público adquira identidade própria e seja reconhecido como uma instituição a serviço da sociedade. Nesta segunda edição da Revista Memória, contamos um pouco desta trajetória, desde as primeiras sedes, emprestadas, até a obra de ampliação do atual Edifício-Sede.

Na Galeria de Fotos, as imagens também falam sobre esta história. Desde as primeiras inaugurações, quando ainda não havia sedes próprias, até as Promotorias inauguradas nas cidades do Distrito Federal, já nos anos 2000, é possível perceber como a instituição cresceu e se modernizou.

Nos antigos Territórios Federais, os prédios também não pertenciam ao Ministério Público. Mas os problemas iam além das instalações: até a comunicação com Brasília era precária. Quem conta essa aventura são os Membros do MPDFT que atuaram nos Territórios: Marta Maria de

Rezende, Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, Gladaniel Palmeira de Carvalho, Romualdo Couvre, Conceição de Maria Pacheco Brito e Paulo Batista Gomes.

A decana da instituição, Procuradora de Justiça Lenir Azevedo, conheceu esses primeiros tempos do MPDFT. Desde que decidiu ser Promotora Pública, ainda nos anos 60, até hoje, atuando como Corregedora-Geral, são décadas de dedicação e amor ao Ministério Público.

Nesta edição, a atuação criminal do Ministério também é lembrada. Uma reportagem especial expõe toda a polêmica em torno do assassinato da menina Ana Lídia, acontecido em setembro de 1973. Passados mais de 30 anos, Promotores, Magistrados e Delegados ainda divergem sobre os motivos que levaram à absolvição dos réus.

O ex-Procurador-Geral de Justiça Geraldo Nunes também trouxe sua contribuição para a Revista Memória. Ao lembrar uma conversa com o neto, anos atrás, ele reflete, em belas palavras, sobre o que, afinal, estamos procurando.

Boa leitura!

Maria Aparecida Donati Barbosa
Vice-Procuradora-Geral de Justiça
Coordenadora do Projeto Memória



História feita de concreto e sonhos

Em quase 50 anos da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, o país cresceu e fez história. Passamos de 70 milhões de habitantes para 189 milhões; atravessamos um governo autoritário e restabelecemos a democracia; enfrentamos diversos escândalos políticos e muitas crises financeiras. Passada a ditadura, o Brasil ganhou uma Constituição defensora dos valores democráticos, que tornou o Ministério Público ainda mais essencial à Justiça. Entre tantas incumbências, o MP também assumiu o papel de protetor do cumprimento das leis, da democracia e dos interesses sociais e individuais, conferindo a seus integrantes a oportunidade de atuar como verdadeiros advogados da sociedade.

Nesse mesmo período, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) também fez história. Hoje, na Praça do Buriti, no Eixo Monumental do Plano Piloto está localizada a sede do MPDFT. Mas nem sempre foi esse o seu endereço.

Quando o Ministério Público foi transferido do Rio de Janeiro para a nova capital federal, ele funcionava no 6º andar do Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Em 1967, ampliou seu espaço e passou a funcionar também no 4º andar do Bloco O, no Setor de Avarquias Sul. Em 1974, o MPDFT mudou

para o anexo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. E foi só em 9 de junho de 1998 que o então Procurador-Geral de Justiça, Humberto Adju-to Ulhôa, inaugurou o edifício-sede do MPDFT, um marco na história do órgão.

O crescimento tem sido surpreendente. Em 1992, o MPDFT ocupava uma área total de 4.753,49 m². Em 2008, já eram 55.725,67m². São 17 unidades espalhadas pelo Distrito Federal, das quais sete em sede própria.

A chefe do Departamento de Arquitetura e Engenharia do MPDFT, Regina

Fátima Fonteles Cabral, lembra que a área onde hoje está localizada a sede era um estacionamento. O lote era comprido e precisava ser transformado em um ambiente que se adequasse às necessidades do MPDFT à época, mas com uma projeção para o futuro.

Regina mudou toda sua vida para participar da história da construção do edifício-sede do MPDFT. Saiu do Rio de Janeiro e aceitou o desafio de morar em Brasília para se envolver no projeto. Depois da inauguração, sofreu uma crise de estafa e ficou uma semana afasta-

Foto: José Evaldo Vilela





Regina: Construir a sede foi um desafio

Foto: Beto Paixão

Na construção da sede, buscou-se criar um ambiente nobre e sóbrio

da. “Durante toda a construção não se colocava um prego sem que eu tivesse conhecimento”, recorda-se.

Segundo Regina, um dos principais desafios que enfrentou ao assumir a construção do edifício-sede foi o de traduzir o que a instituição precisava em termos de espaço, uma vez que não existia uma diretriz que indicasse as necessidades do órgão. A primeira providência foi fazer um levantamento das demandas: as principais carências, o número de unidades, a estrutura interna da instituição. Esse trabalho resultou em um organograma, que serviu de base para o projeto arquitetônico.

Além disso, segundo Regina, era preciso criar um ambiente nobre, mas sóbrio, não só no interior, mas também na fachada. Afinal, seria um prédio com localização no Eixo Monumental de Brasília, um importante cartão postal da cidade.

Foi também nesta época que se constatou a necessidade de criar a identidade física das sedes nas cidades. Regina lembra que uma das discussões foi sobre a “cara” que a estrutura arquitetônica teria. O resultado é o projeto padrão nas diversas sedes do MPDFT, mas apenas externamente. Cada um dos edifícios é adaptado internamente para as necessidades da circunscrição.

Hoje, são sete as unidades do MPDFT: Brasília, Taguatinga, Gama, Planaltina, Samambaia e Paranoá, além da sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude. Em 2009, deve ser inaugurada a Promotoria de Santa Maria e, em 2010, a segunda etapa do Edifício-Sede. A construção da Promotoria de Ceilândia deve ser iniciada ainda em 2009 e concluída em 2011.

Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude

Uma conquista para crianças e adolescentes

Há apenas quatro anos, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (PDIJ) funcionava em um corredor na Vara da Infância, na Asa Norte. O espaço era dividido por baias, o que não oferecia privacidade ao trabalho dos Promotores. “A mudança para a nova sede significou uma carta de alforria, uma verdadeira libertação”, diz o Promotor e Coordenador Administrativo da PDIJ, Renato Barão Varalda.

O espaço reservado para a Promotoria, no edifício da Vara da Infância e da Juventude, era apenas uma sala onde Promotores e servidores ficavam amontoados, comprometendo a segurança e a privacidade no atendimento às crianças e aos adolescentes. Mais tarde, o espaço foi ampliado, mas ainda com salas improvisadas. De acordo com Renato Varalda, o local era separado por divisórias baixas para permitir um mínimo de privacidade durante o atendimento ao público. Crianças, adolescentes e familiares eram atendidos em espaços mínimos e aguardavam em um corredor de aproximadamente dois metros de largura.

Na época da mudança para a nova sede, a PDIJ contava com 13 Promotores, 12 estagiários e 22 servidores, que ocupavam escassos 150 m². Promotores e servidores usavam a criatividade para a realização dos trabalhos. “O espaço físico era tão pequeno que, frequentemente, fazíamos a dança das cadeiras, com os servidores emprestando suas





cadeiras e desocupando os boxes para que os Promotores pudessem realizar o atendimento”, conta Renato.

Ele lembra que a ansiedade em ocupar o novo espaço era tão grande que, no dia da mudança, os servidores e alguns Promotores chegaram bem antes

do horário marcado. “Quando o caminhão da mudança chegou, já estava tudo pronto para ser deslocado”, recorda-se.

Com a nova sede, o espaço para o atendimento deixou de ser um problema. Hoje, há uma área de recepção equipada com TV e DVD, onde



**O novo
prédio trouxe
segurança e
privacidade para
o atendimento
a crianças e
adolescentes**

Setor Psicossocial: atendimento especializado a meninas e meninos

Foto: Bruno Vieira



são disponibilizados vídeos educativos voltados à criança e ao adolescente. A Promotoria dispõe ainda de uma sala de múltiplo uso, com capacidade para 75 pessoas, de sala de reuniões, de gabinetes para Promotores e servidores, além de copa, fraldário, banheiro adequado para crianças, cozinha, estacionamento e jardins.

O Setor Psicossocial é formado por salas equipadas para o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes. Há, ainda, três alojamentos no subsolo do prédio da Promotoria, para que os adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional aguardem para ser ouvidos pelos Promotores de Justiça.

Promotoria de Santa Maria

Um esqueleto que ganha corpo

A construção de uma sede para a Promotoria de Justiça de Santa Maria proporcionará a realização de antigos projetos, que, por falta de estrutura física, hoje são inviáveis. Entre eles, a instalação do Núcleo Psicossocial para atender casos que envolvem a violência doméstica e o abuso sexual contra crianças.

A partir de outubro de 2009, o morador de Santa Maria poderá contar com atendimento na sede própria da Promotoria, localizada na região central da cidade. A nova sede terá a estrutura externa padrão e, como nas demais unidades do MPDFT, a funcionalidade será o quesito principal. Serão 16 gabinetes, um auditório e espaço



Futura sede da Promotoria de Justiça de Santa Maria

Foto: José Evaldo Vilela

para o atendimento psicológico e de assistência social.

A expectativa para a inauguração é grande, segundo o promotor Cláudio Portela. Hoje, no espaço em que funcionaria apenas uma Vara, está instalada toda a Promotoria, com 20 servidores e seis Promotores.

Os gabinetes atuais tem cerca de 2,5 m² e alguns deles chegam a ser ocupados simultaneamente por dois Promotores. Para realizar uma reunião, por exemplo, é preciso pedir emprestado o plenário do Tribunal de Justiça. A população que se dirige à Promotoria muitas vezes aguarda nos corredores do Fórum. “Com o novo prédio, poderemos prestar um atendimento de melhor qualidade à comunidade de Santa Maria”, acredita o Promotor. ■

“Com o novo prédio, poderemos prestar um melhor atendimento à comunidade”

Quem matou Ana Lúcia?

*Várias versões para um crime
que chocou o Distrito Federal*





A pesar da impunidade, não há nada que faça o brasileiro esquecer a barbárie cometida contra a menina Ana Lídia, assassinada em 1973, quando tinha apenas sete anos de idade. A crueldade do crime, o possível envolvimento do irmão no sequestro, as suspeitas sobre filhos de políticos e as falhas na investigação são os ingredientes de uma história que ainda provoca insatisfação e frustração. Ninguém jamais foi punido.

Na época, a hipótese de que não havia interesse em investigar o caso foi tema de debate na imprensa. A situação piorou quando os suspeitos levados a julgamento foram absolvidos e a possível relação do crime com o tráfico de drogas não foi provada.

A história teve início em uma terça-feira, no dia 11 de setembro de 1973. Eloyza Rossi Braga deixou sua filha, uma menina loira, com cabelos até os ombros e de olhos azuis, na porta do Colégio Madre Carmem Salles, na quadra 604 Norte, por volta das 13h50. Ela estaria acompanhada do marido Álvaro Braga e do filho Álvaro Henrique Braga, em uma Vemaguete cinza-claro. Foi a última vez que viram a filha com vida.

No trajeto da escola para o trabalho, os pais de Álvaro teriam-no deixado na Rodoviária do Plano Piloto. Ambos eram funcionários públicos, com cargo de che-

fia no então Departamento de Serviço de Pessoal, o Dasp. A menina cursava a primeira série no período da manhã, mas desde agosto frequentava a escola no período da tarde para aulas de reforço e de piano. Ficava na escola das 14h às 16h30. Neste dia, Ana Lídia usava vestido xadrez azul e branco e sandálias vermelhas. Carregava uma pasta preta, em que guardava o material escolar: quatro cadernos encapados com plástico amarelo, uma caixa de lápis de cor e uma boneca.

Ninguém notou a falta da menina, exceto o jardineiro da escola Benedito Duarte da Cunha, 31 anos, que viu quando a menina chegou com a mãe e também quando saiu pelo portão lateral, acompanhando um rapaz magro, pele clara, cabelos loiros, com um livro vermelho na mão. Ele estava vestido com uma camiseta branca e calça esverdeada. Benedito, uma das poucas testemunhas do desaparecimento da menina, afirma em seus depoimentos que quem tirou Ana Lídia da escola já se encontrava na unidade quando a menina chegou.

Benedito garante que o rapaz estava sentado em um banco no pátio da escola, com um livro de capa vermelha na mão. Ele também afirma que na Vemaguete estavam apenas o pai, a mãe e a menina. As afirmações são sustentadas em todos os seus depoimentos.



Ana Lídia Braga

Foto: CEDOC/Jornal de Brasília





Álvaro Braga - irmão e suspeito em depoimento

Foto: CEDOC/Jornal de Brasília

Os fatos

Por volta das 16h daquela terça-feira, Álvaro Braga foi informado de que sua mulher o havia procurado e que parecia bastante nervosa. Soube então que a pequena Ana Lídia não tinha assistido à aula.

Os pais, com a ajuda do filho e da namorada dele, começaram as buscas nos arredores da escola e nos descampados da Universidade de Brasília (UnB). Sem resultado. Às 17h, informaram à polícia do desaparecimento da menina.

Às 19h45, o delegado-chefe da 2ª Delegacia de Polícia, José Ribamar Moraes, recebeu um telefonema. Era o pedido de resgate pela menina, na ordem de 2 milhões de cruzeiros. Ana Lídia foi colocada ao telefone, chorou e chamou pela mãe.

Por volta das 20h, um fuzileiro do Grupamento de Fuzileiros Navais, na Vila Planalto, encontrou em frente ao quartel o estojo de lápis. Um funcionário de

um supermercado também encontrou, nessa mesma noite, sobre uma pilha de sacos de arroz, uma carta endereçada a Álvaro Braga. No texto, datilografado, e em um envelope manuscrito, o sequestrador exigia 500 mil cruzeiros para entregar Ana Lídia. O dinheiro deveria ser colocado próximo à Ponte do Bragueto até a sexta-feira, dia 14.

A polícia encontrou os cadernos da menina jogados à margem da pista que passa pelo Grupamento de Fuzileiros Navais.

Às 12h do dia seguinte, no cerrado próximo ao Centro Olímpico da UnB, três policiais descobriram o corpo de Ana Lídia, que havia sido enterrado em uma cova rasa. No local, havia cabelos da menina e duas marcas que poderiam ser de bota ou de coturno.

O corpo da menina estava de bruços, nua e com a face comprimida contra o chão. Uma vara de madeira, arrancada de uma árvore próxima, foi usada para jogar a terra sobre o corpo. O local era praticamente deserto.

Antes de ser morta, segundo o laudo, Ana Lídia foi torturada. Seus cabelos foram cortados de forma irregular, rente ao couro cabeludo. Os cílios foram arrancados, havia escoriações e manchas roxas por todo o corpo. O laudo do exame cadavérico constatou que ela foi estuprada depois de morta. Duas camisinhas usadas e um papel higiênico com esperma estavam no local. Laudos do Instituto de Medicina Legal (IML) e do Instituto de Criminalística comprovariam, depois, que o esperma era de uma única pessoa.

Ana Lídia foi morta entre 4h e 6h da manhã do dia 12, por asfixia. Passou 17 horas com o assassino. A boneca Susi foi



encontrada depois, mas a mochila e as roupas nunca apareceram.

A investigação policial

No início das investigações, a polícia apontou Álvaro Henrique, irmão de 18 anos e padrinho de Ana Lídia, como o principal suspeito de ter buscado a menina na escola. Pesavam sobre ele acusações de envolvimento com drogas e a suspeita de que teria dívidas com traficantes. Em depoimento, ele confessou ter consumido maconha apenas três vezes e revelou que pedira dinheiro emprestado ao pai e a amigos para pagar o aborto da namorada, que estava grávida de um mês.

O jardineiro Benedito sustentou, inclusive na Delegacia, que Álvaro era o rapaz que havia retirado a menina da escola. O álibi apresentado pelo acu-



Desembargador José Jeronimo

Foto: Arquivo

sado, de que estaria com os pais e, por isso, não teria tempo para retirar a irmã do colégio no horário visto pelo jardineiro, não se sustentava. Há relatos, que constam inclusive do processo, de que a menina era tímida e não saíria da escola com um estranho.

Para a polícia, Álvaro não agiu sozinho. Ele tinha um parceiro: Raimundo Lacerda Duque tinha 30 anos e trabalhava no mesmo local que a mãe de Ana Lídia. Era viciado em drogas e confessou à polícia ser pedófilo. Em seu depoimento, garantiu que apenas soube do desaparecimento de Ana Lídia pelo rádio. Duque passou cinco meses foragido, depois de saber que era procurado pelo assassinato da menina.

Além de Álvaro e Duque, as suspeitas também recaíam sobre Alfredo Buzaid Júnior, filho do então ministro da Justiça, e sobre o filho do senador Eurico Rezende, Eduardo Ribeiro de Rezende. Buzaid Jr. morreu em 1975 em um acidente automobilístico, depois de ter ficado escondido por dois anos. Rezendinho, que, em novembro de 1974, foi preso por porte e uso de drogas, negou que estivesse em Brasília na época. Ele se suicidou em 1990, aos 40 anos, em seu apartamento no centro de Vitória.

A conclusão do Ministério Público

O hoje Desembargador aposentado José Jeronimo Bezerra de Souza foi quem, aos 37 anos, com apenas um ano de carreira Ministério Público, investigou o assassinato da menina Ana Lídia. Foi designado pelo então Procurador-Geral Guimarães Lima. Foi, provavelmente, a primeira vez que o MP conduziu um inquérito, o que coloca

o MPDFT como pioneiro, já que essa prerrogativa só seria reconhecida com a Constituição de 1988.

A linha de investigação foi definida em três frentes, levando em consideração: se filhos de autoridades participaram do crime, se haveria o envolvimento de traficantes de drogas no assassinato e se a família e os amigos seriam investigados.

José Jeronimo conta que o contato com a Polícia Civil do Distrito Federal foi estreito, mas a situação não era boa. A polícia, segundo ele, estava paralisada. Ele garantiu, então, que a investigação correria sob sigilo. Mesmo assim, os policiais afirmavam que nada tinham contra os suspeitos, e mais, que não havia qualquer indício de envolvimento deles no assassinato de Ana Lídia.

O Desembargador lembra que não encontrou nada que pudesse incriminar Buzaid ou Rezendinho. Partiu, então, para uma nova linha de investigação: o

“Para a polícia, Álvaro não agiu sozinho. Ele tinha um parceiro: Raimundo Lacerda Duque” ▸



tráfico de drogas. Para ajudá-lo, o Promotor José Jeronymo buscou ajuda na Polícia Federal. A resposta foi a mesma da Polícia Civil do Distrito Federal: o responsável pelo combate a entorpecentes em todo o país não conseguiu elementos para provar que havia algo naquele crime ligado a traficantes.

José Jeronymo não teve outra alternativa senão a de passar a investigar os familiares de Ana Lídia. O Desembargador lembra que o irmão da menina, Álvaro Henrique, durante toda a investigação, foi frio e distante. Ele identificou, inclusive, “uma certa dose de cinismo”. O Desembargador não tem dúvidas de que ele retirou a menina da escola e a entregou a Duque. No entanto, há a convicção de que Álvaro não participou da barbárie contra a irmã, mas foi co-partícipe. A conclusão, segundo Jeronymo, ficou clara em função do

Álvaro, à esquerda, e Raimundo Duque, sentado à direita, depondo juntos durante as investigações

Foto: CEDOC/Jornal de Brasília

comportamento da família, que “nunca quis colaborar com as investigações”. Ele lembra que o pai de Ana Lídia, Álvaro Braga, mostrava-se inclusive irritado com as suspeitas sobre o filho.

“O senhor, como pai de família, tomou uma difícil decisão. O senhor perdeu uma filha em circunstâncias trágicas e quer salvar o outro filho. O senhor não quer colaborar com a investigação porque sabe que seu filho participou desse crime. Ele não matou a irmã, mas é co-autor porque tirou a menina do colégio e a entregou para esse celerado, esse Raimundo Lacerda Duque”, afirmou José Jeronymo no último depoimento de Álvaro ao Ministério Público. A resposta, segundo o Desembargador, foi o silêncio.

O Julgamento

Os acusados foram denunciados e processados. Mas, apesar da convicção do Ministério Público, foram absolvidos na primeira instância. O Ministério Público recorreu e o caso foi decidido na segunda instância.

O Desembargador Eduardo Ribeiro, que relatou o processo, ficou em dúvidas quanto ao ponto fundamental do crime - se teve o propósito de extorsão ou intuítos sexuais.

O relator considera a primeira hipótese incompreensível, uma vez que os pais da vítima não poderiam reunir rapidamente tanto dinheiro. O Desembargador sugere que a carta e o telefonema foram vagos e não possibilitavam aos pais de Ana Lídia, ainda que dispusessem dos recursos necessários, atender à exigência. E mais, que não se podia ter certeza de que a carta fosse dos verdadeiros sequestradores. Mas não há dúvida de que houve violência sexual.

O Desembargador Bueno de Souza, em seu voto, ressaltou que as investigações policiais se ressentiam de graves deficiências, com inúmeros documentos, muitos “aliás, inúteis”. Questionou o fato de que a polícia teve conhecimento do homicídio no mesmo dia em que aconteceu, mas o inquérito só foi aberto uma semana depois, tempo suficiente para Duque viajar para Goiânia.





Também não entendeu porque as irmãs do colégio só foram ouvidas a partir de abril de 1974, se a menina tinha desaparecido de dentro da escola. Mais ainda, por que a polícia nunca investigou os crimes confessados por Duque. Ele relatou a prática de dois assaltos e de um homicídio. A vítima foi a menina Rosângela Márcia de Almeida, filha de Enedina, namorada de Duque. Ele também confessou diversos atentados sexuais contra crianças e tráfico de tóxicos.

Bueno de Souza formou opinião oposta à do relator, Desembargador Eduardo Ribeiro. Ele discordou, inclusive, do voto do relator quando este sustentou que Ana Lúcia foi violentada sexualmente depois de morta. De acordo com o laudo, “quanto às lesões vulvovaginais e retais, não resta dúvida que foram praticadas por pênis e depois da criança morta”. Mas, segundo ele, isso não exclui a prática do atentado violento ao pudor, estando Ana Lúcia ainda viva. Nesse ponto, lembrou ainda que Duque havia confirmado seu comportamento pedófilo.

O terceiro Desembargador, Duarte de Azevedo, acompanhou o voto do relator. Portanto, com um voto favorável ao Ministério Público e dois contrários, foi mantida a absolvição dos réus.

As provas foram consideradas insuficientes pela justiça

Uma nova investigação

O delegado aposentado Álvaro Caetano dos Santos revelou que não gosta de lembrar este caso. O motivo: nunca foi solucionado. Depois de algum tempo, começou a rememorar os fatos, de como foi designado para presidir uma comissão e tentar, desta forma, encontrar o verdadeiro culpado (ou culpados) da morte de Ana Lúcia. Onze anos já haviam passado desde o crime e, por determinação do Governo do Distrito Federal, o caso foi reaberto. De acordo com o Delegado, todas as possíveis variáveis foram investigadas, mas, mais uma vez, nada foi provado.

Álvaro Caetano lembra que foram feitas mais de 40 viagens e que a comissão ouviu o depoimento de mais de 80 pessoas, inclusive dos proprietários da boate Shalako, muito frequentada à época pela juventude de Brasília. Os donos foram presos suspeitos de ter assassinado o próprio pai, no interior de Minas Gerais. Foram ouvidos prostitutas e detentos que afirmavam ter conhecido Duque e dele ouvido muitas coisas. No entanto, não se chegou a qualquer conclusão.

Ainda sem resposta

O fato é que o Ministério Público ofereceu a denúncia e a Justiça tomou a sua decisão: as provas eram insuficientes e Álvaro Henrique Braga e Raimundo Lacerda Duque foram inocentados. Em 11 de setembro de 1993, o crime cometido contra Ana Lúcia prescreveu e, mesmo que o assassino se apresente hoje, não poderá mais ser preso.

Álvaro Henrique é médico angiologista no Rio de Janeiro. Raimundo Duque morreu em 2005, em Anápolis (GO), aos 62 anos, de complicações decorrentes do alcoolismo. A mãe de Ana Lúcia, que sempre afirmou não acreditar no envolvimento do filho, morreu em 2006. O pai, Álvaro Braga, vive no interior do Estado do Rio de Janeiro e recusa-se a falar sobre o caso. A filha, Christina, que também vive no Rio de Janeiro, em rápidas palavras ao telefone, sustentou que a família sempre acreditou na inocência do irmão e que os Braga saíram do episódio duplamente vítimas. Perderam a pequena Ana Lúcia e tiveram a vida devastada com a acusação que pesou sobre seu irmão. Questionada sobre se haveria um suspeito, Christina disse que “o crime poderia ter sido cometido por um bandido ‘comum’, tese que jamais foi investigada pelo Ministério Público”.

Para o Desembargador José Jeronymo, é certo que Ana Lúcia conhecia seu algoz. A menina de sete anos que desapareceu na porta da escola, em Brasília, reconheceu quem a sequestrou e por isso foi brutalmente assassinada.

O crime ocorrido nos anos 70 ainda hoje é comentado. Ana Lúcia foi enterrada no Cemitério Campo da Esperança em 13 de setembro de 1973 e até hoje seu túmulo atrai visitantes, que levam flores, presentes, acendem velas e deixam placas de agradecimento por graças alcançadas. Muitos acreditam que a garota de rosto angelical faz milagres. Vinte anos após a sua morte, o parque do Parque da Cidade ganhou o seu nome. Quem apostava no esquecimento errou. Não há nada que faça Brasília esquecer Ana Lúcia.



Uma vida dedicada ao Ministério Público

Há 38 anos atuando no MPDFT, Lenir tem orgulho da profissão

“Precisamos corresponder àquilo que a sociedade espera do Ministério Público”

A paixão que motivou a Procuradora de Justiça mais antiga do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Lenir de Azevedo, de 66 anos, a dedicar a vida à profissão teve início com um livro de capa vermelha, encontrado por acaso em um consultório médico. A curiosidade levou-a a abrir exatamente na página que tratava das atribuições do Ministério Público. Identificou-se de imediato com o espírito da instituição, razão pela qual voltou a estudar para ser Promotora Pública.

Antes, queria ser embaixadora. Começou inclusive a preparar-se, estudando quatro línguas, dentre elas, a grega. Quando procurou informar-se sobre as condições para o ingresso na carreira diplomática, nos idos de 1960, sua pretensão foi abruptamente afastada pelo funcionário do Itamaraty que lhe atendeu, ao declarar que ela não tinha condições de ser aceita como diplomata devido a sua baixa estatura, pois “se era ela baixinha (1.50 de altura) para o padrão da diplomacia brasileira, seria uma anã para os padrões do exterior”, lembra, com bom humor. Abalada, deixou de estudar por dois anos, quando, então, “encontrou-se com o Ministério Público”, retornando aos estudos.

Carioca, chegou adolescente ao Distrito Federal. Lenir formou-se em Direito em 1968, na terceira turma da Uni-

versidade de Brasília (UnB). Ao fazer o vestibular, ela já estava convicta de que seria Promotora Pública. Em 1971, Lenir de Azevedo tomava posse como Defensora Pública, cargo inicial da carreira do Ministério Público.

Desde então, já se passaram quase quatro décadas, e a convicção da escolha da profissão transformou-se em uma história exemplar, que deve ser seguida, na opinião de vários colegas. Hoje, como Procuradora de Justiça, exercendo o cargo de Corregedora-Geral, Lenir de Azevedo cobra de seus companheiros de trabalho a mesma dedicação ao Ministério Público.

“Precisamos corresponder àquilo que a sociedade espera do Ministério Público”, diz, com a determinação que carrega desde 1º de outubro de 1971, data de sua posse. “O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é considerado, não só pela sociedade como pela comunidade jurídica, uma instituição séria, conceituada e confiável, por causa da atuação firme e eficiente de seus Membros. Não podemos decepcionar aqueles que confiam em nós, que esperamos que exerçamos com denodo e competência as atribuições constitucionais do Ministério Público”, afirma, convicta.

A escolha pelo Ministério Público não trouxe arrependimento. “É uma instituição que adoro. Gosto imensa-



mente do trabalho que realizo. Quero que o Ministério Público continue exercendo sua função, continue sendo tão prestigiado como tem sido perante a sociedade”, defende.

Mãe de três filhos, sendo um Promotor de Justiça, e avó de quatro netos, dois gêmeos, Lenir não esconde que incentivou e ficou feliz com a escolha do filho. “Claro e evidente que, quando se tem amor a uma profissão, procuramos incentivar nossos filhos a abraçá-la. Meu sonho é ver minha neta, filha de meu filho Promotor de Justiça, escolher o Ministério Público como carreira. Para tanto, já estou procurando fazer a cabeça dela”.

Lenir e seu pai, Pedro Olegário de Azevedo, já falecido, foram funcionários do Ministério Público. Quando servidora, formada em Direito, atuou como estagiária na Defensoria Pública. Para ingressar no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, foi necessária aprovação em catorze provas, sete escritas e sete orais, além da prova de títulos. Já no MPDFT, atuou como Defensora Pública tanto na área cível como criminal, e no Tribunal do Júri, como Defensora e também como Promotora Pública. Esteve à frente de diversas Promotorias e Curadorias, quando a carreira era estruturada em cinco cargos (Defensor Público, Promotor Público Substituto, Promotor Público, Curador e Subprocurador), o que lhe deu vasta experiência jurídica e profissional.

No início, muitas dificuldades

O orgulho inegável pela profissão parece ter amenizado as dificuldades enfrentadas no início da carreira. O Minis-



Lenir de Azevedo, Procuradora de Justiça e Corregedora-Geral

Foto: Geizon Lenin

tério Público carecia de estrutura física, e o serviço de apoio (pessoal, móveis e maquinário) era insuficiente. “Quando um Membro mais antigo tinha que se mudar de local de trabalho, ele levava consigo os móveis, a máquina de escrever e até o telefone, pois senão ficava ‘propriamente nu’, sem condições de exercer a contento as suas atribuições”. As responsabilidades da instituição não eram definidas claramente, por isso, muitas vezes, eram contestadas. Prerrogativas, quase nenhuma. Entre elas, a de ser intimado pessoalmente nos autos, ter assento ao lado direito do Magistrado e ser chamado de Vossa Excelência, foram conquistadas por meio de ações judiciais. A remuneração era bastante inferior à recebida por alguns funcionários do judiciário e gritantemente discrepante em relação a dos Juizes.

Para reivindicar melhores salários, os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tiveram

que fazer greve, no fim do mandato do então Presidente da República João Figueiredo. “Como ganhávamos muito mal e o governo não queria nos dar aumento, fizemos essa greve e, com ela, conseguimos um aumento razoável”. Pouco depois, a carreira foi encurtada. De cinco, passou a ter três cargos, para facilitar as reivindicações financeiras.

As primeiras conquistas e a primeira definição legal da atividade do Ministério Público vieram com a Lei Complementar nº 40/1981, posteriormente ampliadas e consolidadas pela Constituição de 1988, que deu à instituição um perfil inteiramente novo. A luta para dar ao Ministério Público a feição que hoje ele tem, como órgão autônomo e independente, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, foi árdua e prolongada. E Lenir esteve presente em todos os embates que consolidaram essas conquistas. >



Boas histórias

A atuação na Defensoria e na Promotoria também lhe rendeu algumas risadas. No início da carreira, as principais demandas do Ministério Público eram relacionadas a assuntos de família e de regularização de terras. “Estavam regularizando os lotes em Taguatinga, salvo engano, também os de Sobradinho. Como a distribuição não tinha critérios rígidos, foi muito confusa, o que gerou uma demanda muito grande de trabalho para os Defensores Públicos. Por isso, foi especificado um limite diário, com cinco a oito atendimentos por dia. Quando o Defensor tinha que fazer audiência, colocava-se no livro de marcação a expressão ‘a. ordinária’, para chamar a atenção do funcionário para o fato de que a audiência era mais demorada. Certo dia, houve um tumulto provocado por uma senhora que fez enorme escândalo porque havia uma ‘ordinária’ sendo atendida na frente dela”, conta, sorrindo.

As histórias são muitas. “Como Promotora no Tribunal do Júri, lembro-me de um caso em que o réu era, digamos assim, horroroso, típico lombrosiano. O advogado então tentou desfazer a imagem negativa do seu cliente, pedindo que os jurados desconsiderassem os aspectos físicos do acusado, que nada tinham a haver com o seu verdadeiro eu. Ele olhou para mim, chamou a atenção dos jurados para minha pessoa, afirmando que eu ali sentada ao lado do Juiz parecia uma anjo, por minhas ‘feições angelicais’, mas que eu não passava de ‘um membro da inquisição reencarnado’. Caí na gargalhada”, relembra.

Quando Curadora (cujas atribuições hoje são exercidas pelo Promotor de Justiça com atuação na área cível), recorda-

se que “uma das partes pediu para falar comigo após a audiência, no que foi atendida. Qual não foi minha surpresa ao ser solicitada a fornecer uma ‘receita’ para curar ferida provocada por erisipela”.

Dever de servir à sociedade

Lenir sempre foi Membro atuante. Integrou por muitos anos a Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal, tendo sido a relatora do Manual de Orientação aos Promotores de Justiça da área criminal. Foi membro do Conselho Superior e foi quem deu início à implantação da Corregedoria-Geral nos moldes em que funciona hoje, independente da Procuradoria-Geral.

Para a atual Corregedora, “a experiência de quase 40 anos no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios permite hoje entender melhor os mecanismos da instituição e o comportamento dos jovens que ingressam na carreira. Ela percebe a diferença entre o perfil daqueles que entraram em sua época e os de hoje. “A febre por concursos públicos que propiciam estabilidade e bons salários, como o da carreira do Ministério Público, mudaram o perfil dos novos aspirantes”, assinala.

Ela reconhece, no entanto, que a ambição inicial pelos bons salários, pela estabilidade e pelo poder do cargo, adquiridos por aqueles que ingressam no Ministério Público, ficam de lado logo nos primeiros anos. “O que prevalece é o dever de servir à sociedade”, afirma. “A carreira ministerial é apaixonante e gratificante. Nunca tive medo de nada. Por todos estes anos vesti e ainda visto a camisa do Ministério Público com a mesma paixão que nutria desde antes de adentrar na carreira”.

“O Ministério Público é minha segunda casa. Aqui aprendi muito. Aprimorei meus conhecimentos. Reformulei ideias e conceitos. Burilei minha personalidade. Fiz grandes amigos. Vivenciei momentos inesquecíveis.” O grande orgulho que tem por pertencer à carreira e por ter contribuído para a revitalização da Instituição fica demonstrado por suas palavras e pelo seu semblante, quando fala sobre o Ministério Público. ■

“O Ministério Público é minha segunda casa. Aqui aprendi muito”



O que procura o Procurador?

Foi em um sábado, quando voltava do Amapá, a chamado de minha assessoria, temerosa das oscilações tópicas do nosso Ministério Público no texto constitucional. No aeroporto, esperava-me o meu neto e afilhado, então com cerca de cinco anos. Enquanto esperávamos a condução, ele me perguntou se eu era Procurador-Geral e o que estava procurando. Respondi apenas que estava procurando, resposta sem significado direito, quase um vício de linguagem.

O Ministério Público que eu chefiava esvaziava-se a cada concurso. Os aprovados, com o título, migravam em concursos para a Magistratura ou para o Ministério Público Federal. Os poucos Membros que permaneciam na carreira acumulavam cargos. A atividade-meio funcionava impulsionada pelo sacrifício e dedicação dos velhos funcionários, cujos nomes não cito, para evitar omissões. A situação tornara-se insustentável. Tínhamos uma única digitadora para seis Procuradores de Justiça. Fui ao Ministério da Administração solicitar a aplicação de um decreto de emergência, que permitia a contratação provisória de servidores. O decreto fora extinto por um dos inúmeros Ministros da Fazenda.

Prometeram-me verba no orçamento para o Edifício-Sede. Firmei,

em razão disso, um convênio prévio com a Terracap. A verba, entretanto, não constou do orçamento. Desestimulados, com vencimentos que mal davam para as necessidades básicas, fizeram, Membros e funcionários, uma greve de dois dias.

Finalmente, a Constituição de 1988 entrou em vigor, trazendo, nela estampada, a definição do Ministério Público como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado...”. O Dr. Aristides Junqueira, então Procurador-Geral da República e Chefe do recém-criado Ministério Público da União, convocou-me e os Procuradores-Gerais do Trabalho e da Justiça Militar, para uma reunião. Cabia-nos implementar, na prática, com rapidez, as atribuições deferidas pelo Poder Constituinte ao Ministério Público Nacional. As atribuições, abrigadas na Carta Política, eram o resultado de congressos nacionais e estaduais, discutidos, anos atrás, e aprovados pelos que deles participaram.

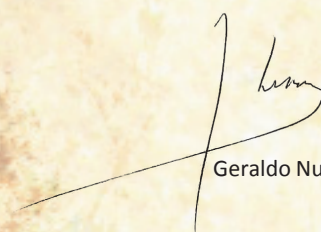
A orientação do Dr. Aristides Junqueira – chefe de rara lucidez e compreensão do texto constitucional – foi decisiva na nova etapa que passávamos a viver. Não frustramos a expectativa da coletividade a cujos interesses éramos destinados a servir como de-

fensores dos direitos fundamentais, sociais e individuais indisponíveis.

A resposta ao meu neto, verifico hoje, não era uma tautologia. O destino do homem e das instituições que ele cria e pretende perenizar no tempo têm, na procura e escolha, a sua marca definitiva. Embora os objetivos se afastem, às vezes, quando deles nos aproximamos, é necessário diminuir essa distância e alcançá-los. Outros objetivos e projetos surgirão na dinâmica da vida. De novo, teremos que iniciar sua procura até alcançá-los.

Lembrei-me, ao redigir este texto, do poema A luz de ontem, de autoria de Lucian Blaga. O tema recorrente é a procura, a marca do ser humano, expressa melancólica e vigorosamente, nos últimos versos: “Procuo, não sei o que procuro. Procuo/ a grande hora que em mim restou sem figura/ como em um cântaro morto um fim de abertura./ Procuo, não sei o que procuro. Sob estrelas de ontem,/ sob as que passaram, procuro/ a luz apagada que ainda enalteço.”

Brasília, 25 de maio de 2009.



Geraldo Nunes



A aventura de trabalhar nos Territórios



Gladaniel, Marta, Paulo, Conceição, Carlos Eduardo e Romualdo contam suas histórias dos Territórios

Foto: José Evaldo Vilela

As inovações introduzidas pela Constituição de 1988 deram um caráter inovador à realidade política do país. O novo texto alterou as divisões político-geográficas, o que refletiu também nas atribuições do Ministério Público. Os antigos Territórios tornaram-se Estados, o que modificou também a atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Hoje, no MPDFT, trabalham seis Membros que atuaram nos Territórios: os Procuradores de Jus-

tiça Carlos Eduardo Magalhães e Marta Maria de Rezende e os Promotores de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho, Romualdo Covre, Conceição de Maria Pacheco e Paulo Batista Gomes.

Em Roraima, muitas dificuldades

Antes da promulgação da Carta Magna, os Promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

atuavam nessas regiões essencialmente como representantes da Justiça, conta o Procurador Criminal Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, que foi Promotor no Território de Roraima:

“Nos Territórios, exercíamos toda a atividade do Ministério Público Estadual e Federal. Nos Territórios Federais, era o nosso Ministério Público quem fazia as vezes de Ministério Público Federal, com todas as incumbências,



inclusive a Advocacia da União. Quando respondi pelo eleitoral (não havia remuneração), só havia um código que servia a mim e ao juiz. O livro sempre acompanhava os processos, para que fizéssemos os nossos trabalhos.

Em Roraima, onde fui designado Coordenador pelo então Procurador-Geral de Justiça, Geraldo Nunes, recebíamos apoio do governo local. Instalações físicas, funcionários, carro, motorista, tudo era cedido pelo governo. O nosso Ministério Público nos abastecia com máquinas de escrever manuais e papel. Naquela época, a comunicação com Brasília era feita por telex ou telefone. O Diário Oficial só chegava com quase quarenta dias de atraso, via malote.

A energia elétrica era constantemente cortada. Éramos abastecidos por termoeletrônica. Em Caracarái, Circunscrição Judiciária que respondia por todo o sul do Território, a luz era cortada por volta das vinte horas. Valente foi o nosso colega e grande amigo Paulo Batista, que, sozinho, exercia as atividades ministeriais naquele lugar.

Na época do Plano Cruzado, fui obrigado a fazer compras de gêneros alimentícios em Santa Helena, na Venezuela. O nosso governo, quando tabelou os preços, esqueceu-se de acrescentar o custo do frete às mercadorias que iam para aquele longínquo Território.

Mas nem tudo foram dificuldades, também tivemos muitas alegrias. Fomos sempre bem tratados pela população local e tenho, de lá, excelente recordação. Sou grato àquela gente.”

Nas manchetes

A Procuradora Criminal Especializada Marta Maria de Rezende, que também

atuou em Roraima até 1988, lembra que os Territórios eram administrados pelas Forças Armadas, que tinham a incumbência de interiorizar e integrar a Amazônia Legal. Roraima era administrado pela Aeronáutica, o Amapá, pela Marinha, e Rondônia, pelo Exército.

Diz a Procuradora Marta Rezende: “Nosso salário era pequeno, trabalhávamos em uma salinha do Fórum e todo o material de trabalho nos era doado pelo governo do Território. A gente não tinha códigos, não tinha biblioteca, tinha que se virar. Trabalhávamos com nossos próprios livros. Mas a falta de estrutura não impedia o exercício da profissão. Com o pouco que tínhamos, era preciso representar a sociedade e zelar pela nossa instituição.”

Doutora Marta, como ficou conhecida, foi também Promotora das Promotorias Especiais do Meio Ambiente e do Consumidor, criadas em 1987, e implantada por ela no Território de Roraima. Foi um marco importante, porque, no Território, àquela época, o desrespeito às leis era comum.

É ela quem conta: “Na inauguração da Promotoria do Consumidor, realizamos, juntamente com a Polícia Federal e os órgãos que atendiam o consumidor, como saúde pública, Sunab e Inmetro, uma *blitz* no comércio local. Todos os comerciantes fecharam as portas de seus estabelecimentos em protesto contra a nova Promotoria do Consumidor. No outro dia, saiu estampada no jornal uma foto da Promotora sorrindo, com a manchete ‘Polícia Federal Garante o Sorriso da Promotora’. Por causa das atuações frente às Promotorias do Meio Ambiente e do Consumidor, fui perseguida e, inclusive, ameaçada de morte. Por esse motivo, minha remoção para o Distrito Federal foi antecipada.”

No Amapá, os mesmos problemas

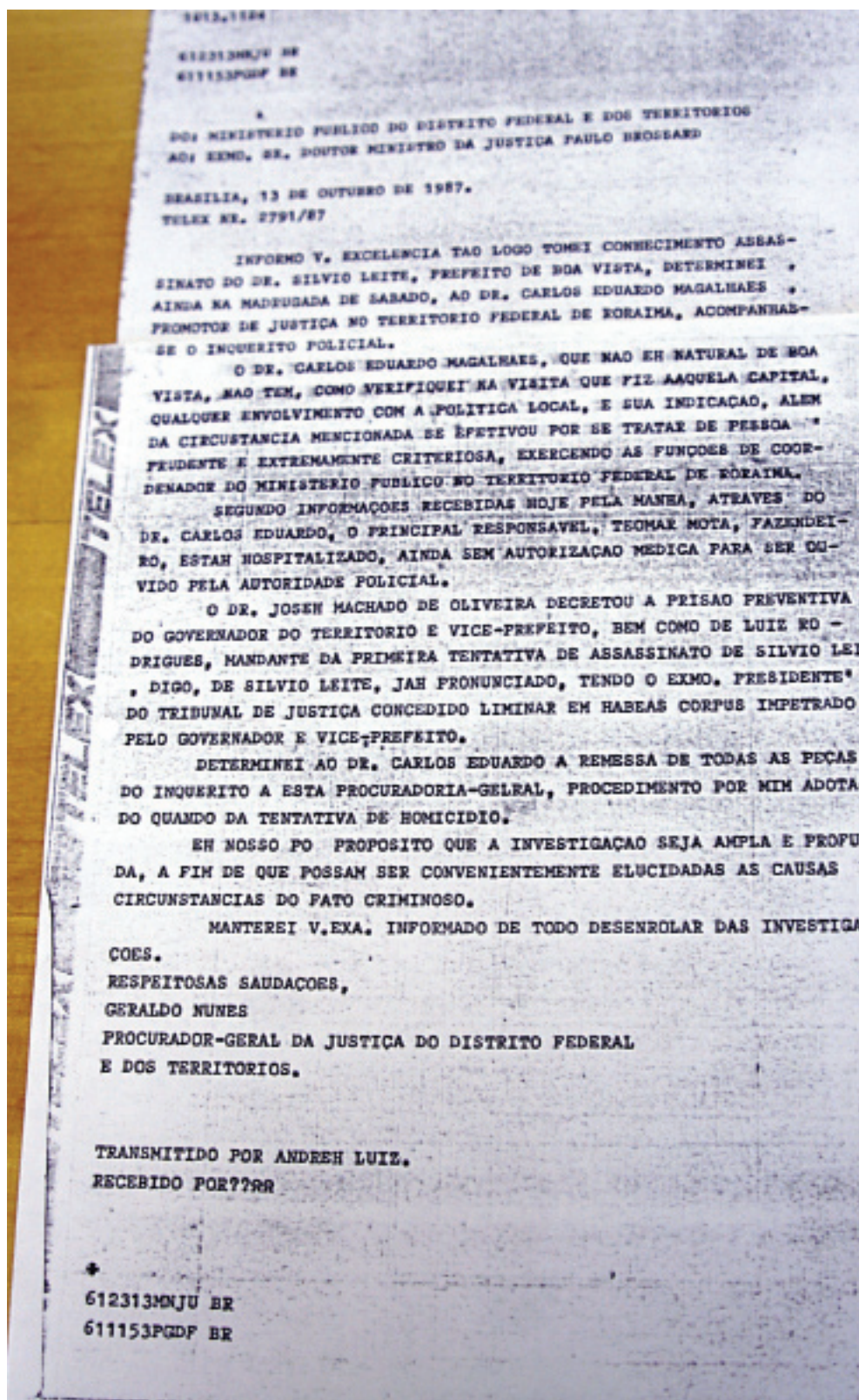
O Promotor de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho, que atuou no Território do Amapá, confirma que a situação lá era idêntica à de Roraima. Diz ainda que a falta de estrutura ocasionava episódios delicados. “Certa vez, fui a uma cidade e a primeira-dama arcou com as despesas da viagem e ainda providenciou hospedagem. Horas depois, era preciso impetrar uma ação contra ela”, relembra Palmeira. “Era um trabalho muito difícil.”

O Promotor Gladaniel lembra a importância do trabalho realizado nos Territórios. “O Ministério Público dos Territórios Federais, por intermédio de seus Membros, cumpriu a missão de levar o Direito a um Brasil esquecido. Assim, é importante lembrar que a posição de relevo de que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios goza na Constituição da República é fruto da indivisibilidade da Instituição, ou seja, da promoção de justiça além da capital da nação brasileira”.

Todos juízes

A Promotora de Justiça Conceição de Maria Pacheco Brito atuou no Território Federal do Amapá, entre os anos de 1983 e 1991, quando foi removida, a pedido, para esta Capital da República.

“Éramos uma espécie de “clínico geral” e servíamos a todo o Território com seus municípios longínquos e de difícil acesso. Muitas vezes saíamos em comitiva (Juiz, Promotor, Defensor Público e servidores da Justiça) para realizar as sessões do Tribunal do Júri e levar a Justiça àqueles municípios. Passávamos



A comunicação com a capital era feita por telex

vários dias na localidade atendendo aquele povo tão carente que desconhecia o que era e o que fazia o Ministério Público e, não raras vezes, confundia o Promotor de Justiça com o Juiz. Para o povo, éramos todos juizes.

O acesso aos municípios era precário, as estradas eram de terra e com muitos buracos. O acesso ao município de Mazagão, a 200 km da capital, era por meio de balsas, porque era preciso atravessar os rios Matapi e Vila Nova. Em várias ocasiões ocorriam problemas de manutenção em uma das balsas. Tínhamos que deixar o carro na margem e atravessar o rio por meio de “montaria” (uma espécie de canoa pequena e estreita, movida por remos) para chegar à outra balsa. Entre as duas balsas, havia ainda uma pequena estrada, também de terra.

Mas nem tudo eram espinhos, havia os bons e gratificantes momentos, como o de levar a Justiça e o conhecimento de seus direitos até aquele povo sofrido e carente de tudo; o entrosamento e a amizade que fazíamos nessas viagens, inclusive como o povo nativo, que nos recepcionava com alegria e generosidade.

O Promotor de Justiça no Território do Amapá, ao lado do Juiz, era considerado autoridade máxima da Justiça. Era altamente respeitado pela sociedade e, por isso, presença quase obrigatória nos eventos sociais.

Apesar da carência de material e da falta de acesso aos informativos e livros jurídicos, conseguíamos desenvolver nossas atividades a contento. Assim, posso dizer, com orgulho, que cresci pessoalmente e profissionalmente naquele Território do Amapá, que considero minha segunda terra natal.”



Sem arrependimento

Era dezembro de 1983. O Promotor Romualdo Covre, então com 27 anos, desembarcava em Macapá pela primeira vez. “Depois de um voo cansativo, com várias escalas e conexões, cheguei a Macapá. Apesar dos sonhos e idealismo de minha juventude (tinha 27 anos), o primeiro impacto não foi muito agradável. Para mim, a visão de Macapá e, principalmente, do próprio Ministério Público, sem qualquer infraestrutura e condições precárias de trabalho, foi decepcionante. Quase voltei para casa. Cheguei a pensar que não receberia o salário. Como o “dinheiro” chegaria em local tão longínquo? Estava vivendo o “apocalipse now” de minha vida. Entretanto, graças a Deus, tudo passou. Comecei a trabalhar, inicialmente como Defensor Público, fiz amizades e criei uma rede de relacionamentos, minimizando assim o sofrimento pela saudade dos amigos e da família. Era solteiro.

Minha primeira viagem para a cidade de Amapá, distante aproximadamente 300 km de Macapá, foi de ônibus. “Uma delícia”, quase 10 horas de viagem. Chovia tanto que, como se diz por lá, “urubu escorrega do galho”. No meio do caminho, o ônibus atolou no barro, tivemos que descer e ajudar a empurrar, cheguei todo enlameado. Certa vez viajei, em pé, na carroceria de um caminhão.

Fui coordenador do Ministério Público naquele Território do Amapá de março de 1986 a dezembro de 1990, Promotor de Justiça Eleitoral por vários anos, atuei na defesa dos interesses da União em reclamações trabalhistas, sempre

cumulando com as minhas funções de Promotor de Justiça.

Em janeiro de 1991, fui cedido ao Ministério Público do recém-criado e instalado Estado do Amapá, onde, com muita honra e orgulho, exerci as funções de Procurador-Geral de Justiça *pro-tempore*, organizando o estatuto e presidindo o primeiro concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Estadual.

Em maio de 1992, retornei ao MPDFT. A atuação no Território foi uma experiência incomensurável para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Não me arrependo de nada, faria tudo novamente.

Em 11 anos, uma vida

O Promotor Paulo Batista também trouxe muitas recordações de sua época de Promotor no Território de Roraima. “Numa segunda-feira de junho de 1980, recebi um bilhete da Varig com destino a Boa Vista, com 12 horas de escala em Manaus. Minha bagagem era uma grande mala com livros, poucas roupas e um violão. Fui recebido, à noite, pelas pessoas de quem me tornei grande amigo, Dra. Zelite Andrade e seu esposo Rufino Carneiro. A Dra. Zelite, do meu concurso, tinha trânsito fácil no Território, pois é macuxi; foi embora para o Território de Rondônia e tornou-se, várias vezes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Calculei que, após dois anos, estaria de volta ao Distrito Federal. Retornei somente em julho de 1991. Foram 11 anos de muita luta e muito trabalho, a princípio na Defensoria Pública, auxi-

liado pelas lindas “gurias”, gaúchas do Projeto Rondon.

Dentre as lutas, enumero as que traivei contra o governo local, que entendia ser o Ministério Público um órgão sob seu comando, o que nunca aceitei. Depois, já Promotor de Justiça, na defesa de causas indígenas. Tive algumas dificuldades dada à forte ligação que tinha com o bispo da Diocese de Roraima, Dom Aldo Mongiano. Em outras ocasiões, tive que ocupar todos os cargos sozinho: Defensor, Promotor e Curador.

Naqueles 11 anos tive duas meninas roraimeiras, Lara Eugênia e Luiza Elena. Paulo Engels, de origem sulista, tinha nascido em São Paulo. Os nomes em “E” representam a minha fase socialista. Foi nesse barco que ajudei a fundar dois diretórios do PT, em Boa Vista e em Caracará.

Aproveitei o máximo da natureza amazônica, comi bastante peixe, conheci todo o Território, de Pacaraima (fronteira com a Venezuela) a Caroebe, de Bonfim (fronteira de Guiana) a Santa Maria do Boiaçu. Fui professor de nível médio, fui músico das missas de domingo, fui Presidente da OAB-RR; deste último tenho muito orgulho.

Embarquei de volta em julho de 1991, numa balsa com destino a Manaus, com o meu veículo dentro de um baú de uma loja de colchões. Vinha uma mãe, uma menina de um ano, a Luiza Elena e eu. De Belém a Brasília suportamos a longa estrada. De Caracará ao PADF, onde havia adquirido uma chácara, foram 16 longos dias. Não me arrependo de nada, nem do que fiz nem do que não fiz. Deus é testemunha. ■



Em defesa da Lei Maria da Penha

O trabalho desenvolvido pelo MPDFT é reconhecido nacionalmente

Vencer a barreira do machismo patriarcal e da desigualdade de gênero não é tarefa das mais fáceis no Brasil. A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, trouxe avanços no combate à violência doméstica contra a mulher e na luta por seus direitos. Um dos passos mais importantes foi a criação de varas especializadas no atendimento a esse tipo de delito.

No Distrito Federal, todos os casos de violência contra a mulher são analisados na Promotoria da cidade onde o fato aconteceu. O MPDFT também procura trabalhar diretamente com a comunidade na questão do enfrentamento da violência doméstica, inclusive preventivamente.

A promotora Laís Cerqueira Silva, Coordenadora do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, defende a informação como forma de prevenir a violência contra a mulher. “Quanto mais a sociedade for informada de seus direitos, principalmente as mulheres, maior será a garantia de reivindicar dos operadores da Justiça - policiais militares e civis, juízes, promotores e defensores públicos - o efetivo cumprimento da lei”, acredita.

O trabalho do MPDFT com a comunidade é desenvolvido de várias formas, desde a promoção de seminários e eventos até a realização de um curso voltado somente para as mulheres, em parceria



Laís Cerqueira aposta na informação como forma de prevenir a violência

Foto: Beto Paixão

com a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e com as organizações não-governamentais Centro Dandara e Agende. É o curso de formação de Promotoras Legais Populares, que, neste ano de 2009, atenderá a quinta turma de mulheres. Com um ano de duração, ele capacita as alunas para atuar na prevenção da violência doméstica em suas comunidades. São discutidos temas relacionados aos direitos humanos, ao preconceito racial e à violência doméstica. As aulas também

tratam dos impactos psicossociais da violência e de políticas públicas voltadas para as mulheres. Existe, ainda, um capítulo especial sobre a Lei Maria da Penha.

A Promotora Laís ressalta que o trabalho é preventivo, mas que há a atuação do MP quando os casos chegam ao Tribunal de Justiça. “Os processos são cuidadosamente acompanhados para que, se houver violação da lei, o Ministério Público possa atuar e recorrer ao Superior Tribunal de Justiça.”



Lei Maria da Penha

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, a mulher que, por 20 anos, lutou para ver seu agressor preso. Maria da Penha é biofarmacêutica e foi casada com o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros. Em 1983, ela sofreu a primeira tentativa de assassinato, quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Viveros chamou socorro, alegando que tinham sido atacados por assaltantes. Dessa primeira tentativa, Maria da Penha saiu paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Apesar da investigação ter começado em junho do mesmo ano, a denúncia só foi apresentada ao Minis-

tério Público estadual em setembro do ano seguinte. O primeiro julgamento só aconteceu oito anos depois.

Em 1991, os advogados de Viveros conseguiram anular o julgamento. Mas em 1996, Viveros foi julgado culpado e condenado a dez anos de reclusão, mas recorreu da sentença. Mesmo depois de 15 anos de luta e pressões internacionais, a Justiça brasileira ainda não havia decidido o caso nem justificava a demora. Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi a primeira vez que a Comissão acatou uma denúncia de violência doméstica. Viveros só foi preso em 2002 e cumpriu dois anos de prisão. O processo da OEA condenou

o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência.

A partir daí, diversas entidades reuniram-se para definir um anteprojeto de lei contra a violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanismos para prevenir e reduzir este tipo de violência e também prestar assistência às vítimas. Em setembro de 2006, a Lei 11.340 finalmente entrou em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. A lei também acabou com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de tratar como crimes a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e o assédio moral.

Laís Cerqueira lembra que, em alguns casos, o Tribunal de Justiça no Distrito Federal decidiu que, no crime de lesão corporal leve, a vítima ainda poderia ter a opção de não processar o seu agressor, o que contraria a Lei Maria da Penha. De acordo com a lei, a ação penal cabe ao Ministério Público, independente de autorização da vítima.

No entanto, alguns casos foram arquivados e o MPDFT conseguiu que os recursos chegassem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). As decisões favoráveis tiveram repercussão nacional, modificando o entendimento de Promotores, Juízes e Delegados.

A atuação do MPDFT na divulgação da Lei Maria da Penha rendeu elogios do vereador Laércio Soares (PCdoB), de Dia-

dema, São Paulo. Ele propôs um Voto de Congratulações ao Ministério Público, por ter entrado com recursos no STJ contra o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que decidiu arquivar dois casos de lesão corporal contra mulheres, em desrespeito à Lei Maria da Penha.

Para o vereador, “é de extrema importância a ação do MPDFT, tanto na questão institucional e principalmente social, ao resgatar valores inquestionáveis e representar os interesses sociais e políticos da população, principalmente quando esta clama por justiça”.

Laércio Soares lembra ainda que há no país a cultura da lei que pega e a que não pega, e que, por esse motivo, é fundamental fortalecer, cada vez mais, a

luta contra a violência doméstica e aumentar o clamor em favor da Lei Maria da Penha.

Observe - Observatório da Lei Maria da Penha

O Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha (LMP) é uma instância autônoma, da sociedade civil, que funciona por meio de um consórcio formado por núcleos de pesquisa e organizações não-governamentais de todo o país. O objetivo principal é acompanhar o processo de efetivação da Lei Maria da Penha a partir da coleta, análise e divulgação de informações. (www.observe.ufba.br)



Testemunhas da consolidação do MPDFT

Uma imagem conta muitas histórias. Para reconstruir a trajetória das sedes do MPDFT, a Galeria de Fotos desta edição mostra as inaugurações de cada uma delas. Desde os anos 60 até hoje, cada prédio tem muito o que contar.



Inauguração da sede do Ministério Público no Edifício do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1968. Na foto, dois dos Ex-Procuradores-Gerais de Justiça: Dário Délio Cardoso e Walter Ceneviva

Foto: Arquivo pessoal



A construção do Edifício-Sede foi iniciada em 1994. Na foto, o então Diretor-Geral, Moisés Antônio de Freitas, e Servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura inspecionam a obra

Foto: José Evaldo Villela



O Edifício-Sede dias antes da inauguração, em 1998



Em 1999, foi inaugurada a primeira sede do MPDFT fora do Plano Piloto, em Taguatinga



A sede da Promotoria de Justiça do Gama foi inaugurada em agosto de 2004



Em 2005, as Promotorias de Defesa da Infância e da Juventude ganharam uma sede própria. No Edifício também funciona o arquivo central do MPDFT



Em Planaltina, a Promotoria de Justiça foi inaugurada em 2006



O MPDFT ganhou instalações próprias na cidade de Samambaia em 2007



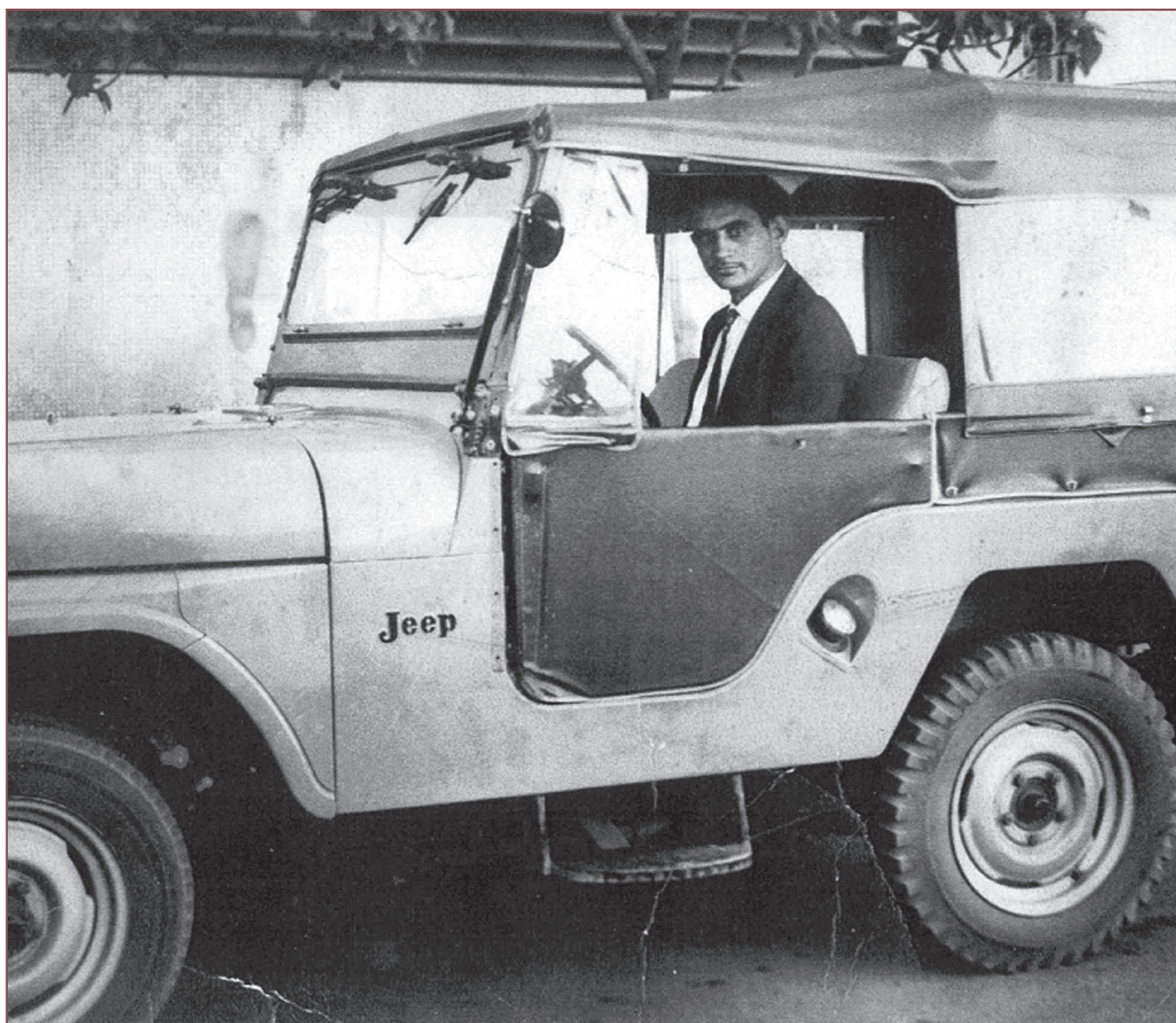
A sede da Promotoria de Justiça do Paranoá foi a última a ser inaugurada, em 2008

Fotos: José Evaldo Vilela



Adivinhe quem é?

Entre os primeiros servidores do Ministério Público que vieram do Rio de Janeiro para a nova capital, estava o primeiro motorista do MPDFT, Gabriel Jorge dos Santos. A sede da instituição funcionava no antigo prédio da Avenida W3. O Jipe da foto era usado para transporte de materiais de escritório e processos.





Eixo Monumental - Praça do Buriti, Lote 2, Edifício-Sede - Brasília DF CEP: 70.091-900
Telefones: (61) 3343-9500
www.mpdft.gov.br